

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RODRIGO ROCHA BARROS

O INTERESSE CHINÊS NA ÁFRICA E SEU IMPACTO
SOBRE AS DEMAIS POTÊNCIAS

Rio de Janeiro

2018

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2018

O INTERESSE CHINÊS NA ÁFRICA E SEU IMPACTO
SOBRE AS DEMAIS POTÊNCIAS

Rio de Janeiro

2018

CEMOS 2018

O INTERESSE CHINÊS NA ÁFRICA E SEU IMPACTO
SOBRE AS DEMAIS POTÊNCIAS

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Carlos Dutra de Almeida

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela perseverança no caminho.

À minha família, por todo o apoio recebido, meu muito obrigado.

Aos amigos Raphael, Mirian e Denise, que com boa vontade compartilharam suas experiências sobre o tema.

Ao meu orientador CMG Dutra, pelas agradáveis horas de conversa acertando o rumo.

RESUMO

A partir do início do século XXI, as relações sino-africanas ficaram em evidência no Sistema Internacional; o fenômeno denominado Renascimento Africano, ocasionado por uma série de fatores favoráveis ao crescimento econômico e ao desenvolvimento das nações africanas, atraiu a atenção das grandes potências, ávidas por energia, matérias-primas e mercados consumidores. E, nesse contexto, a China teve um forte protagonismo no processo de transformação da África. O objetivo desta dissertação é identificar quais seriam os reais interesses da China no continente africano e como a presença chinesa na África afeta os interesses de outras potências emergentes e dos Estados Unidos. Para tal, a metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica sobre o assunto e análise documental. Assim, foram levantadas as trajetórias da China e da África a partir do cenário mundial pós-Guerra Fria até a segunda década do século XXI, e em seguida foram abordadas as relações sino-africanas, de modo a apontar suas características, seus objetivos e sua importância para cada uma das partes envolvidas. Na sequência, foram apresentadas as relações das demais potências – Brasil, Índia, Rússia e Estados Unidos, para que pudessem ser confrontadas posteriormente, a fim de permitir responder as seguintes perguntas: o que se pode comparar entre as parcerias sino-africanas e as relações das demais potências mundiais com a África? Quais são as necessidades da China na África e qual a importância geopolítica daquele continente no Sistema Internacional? Podem ser consideradas essas parcerias sino-africanas uma nova forma de imperialismo na África? Qual o impacto para o equilíbrio de poder causado pelo crescimento da presença chinesa na África, sob a visão das demais potências? Desse modo, o trabalho identificou que as relações sino-africanas têm no campo econômico seu interesse maior na referida parceria, por meio da aquisição de *commodities* africanos e da exportação de produtos manufaturados; além disso, no campo político/diplomático, a China busca expandir seu *soft power* na África, por meio de ações de cooperação, abertura de Institutos Confúcio, etc., como parte de um projeto de longo prazo de influência geopolítica, outrora exercido pelas potências ocidentais; no campo político, essa influência se reflete pelo alinhamento com os Estados africanos nos fóruns de discussão da ONU, OMC, etc., o que significa 54 votos a favor em assuntos que venham a ser do interesse chinês, como as questões envolvendo o reconhecimento da soberania de Taiwan. Outrossim, foi também verificado que as críticas feitas pelas nações ocidentais que associam a parceria sino-africana a um novo período colonialista naquele continente não condiz com a realidade das diversas frentes de investimentos e projetos de cooperação, a que tornam mais complexa do que a simples exploração de recursos naturais, como havia no século XX; destarte, as relações chinesas são comparadas com as das demais potências na África, tendo sido observado a similaridade entre elas, no que tange ao interesse por recursos naturais e às ações de cooperação no continente, mas ao mesmo tempo em complemento ao enorme volume de investimentos chineses, numa tentativa de não ficar para trás na disputa de poder geopolítico. Finalmente, o presente trabalho conclui que a forte presença das potências emergentes na África evidenciam que as parcerias Sul-Sul podem ser o marco inicial do declínio do ciclo histórico de “ocidentalização” do mundo.

Palavras-chave: China, África, Renascimento Africano, *Win-Win*, século XXI, Terceiro Mundo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Varição do PIB Chinês no século XXI	12
Gráfico 2 –	Varição do PIB de países africanos no século XXI	16
Gráfico 3 –	Balança comercial China x África no século XXI	22
Gráfico 4 –	Balança comercial Brasil x África no século XXI	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGOA -	<i>African Growth and Opportunity Act</i>
ANC -	<i>African National Congress</i>
BNDES -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS -	Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA -	Estados Unidos da América
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FOCAC -	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
IBAS -	Acrônimo de Índia, Brasil e África do Sul
IMO -	<i>International Maritime Organization</i>
ITEC -	<i>Indian Technical and Economic Cooperation</i>
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONU -	Organização das Nações Unidas
OUA -	Organização da Unidade Africana
PCC -	Partido Comunista Chinês
PIB -	Produto Interno Bruto
SADC -	<i>Southern Africa Development Community</i>
SACU -	<i>Southern Africa Customs Union</i>
SCAAP -	<i>Special Commonwealth African Assistance Program</i>
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAFRICOM -	<i>United States Africa Command</i>
ZEE -	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	AS TRAJETÓRIAS DA CHINA E DA ÁFRICA NO SÉCULO XXI	10
2.1	A China, da Guerra Fria ao século XXI	10
2.2	A Trajetória da África	14
2.2.1	Um balanço das crises e mudanças	14
2.2.2	O Renascimento Africano	15
3	O INTERESSE DA CHINA NA ÁFRICA	20
3.1	As relações “ <i>win-win</i> ” sino-africanas	20
3.2	O lado negativo da política chinesa	24
4	O INTERESSE DAS DEMAIS POTÊNCIAS NA ÁFRICA	27
4.1	A África e o mundo	27
4.2	As relações Brasil – África	27
4.3	Os Estados Unidos	32
4.4	A Rússia	34
4.5	A Índia	36
4.6	O impacto nas demais potências	38
4.7	A competição com o Brasil	39
5	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A partir do início do século XXI, as relações entre a China e a África – o maior país em desenvolvimento do mundo e o continente com maior número de países em desenvolvimento, até então considerado marginal no Sistema Internacional – ficaram em evidência no cenário mundial. Os laços sino-africanos, pautados pela métrica das relações “*win-win*” (“ganhos mútuos”) foram reforçados de acordo com as possibilidades e interesses de ambas as partes. A enorme demanda da potência emergente da Ásia por matérias-primas, fontes de energia e alimentos tem impactado forte e positivamente na economia africana. Em troca, a África representa um mercado em expansão para os produtos asiáticos de baixo custo e recebe investimentos, ajuda e obras de infraestrutura, além de apoio político.

Ao deter crescente parcela de poder, vinculado ao longo e gradativo processo de abertura ao exterior, a China vem merecendo estudos profundos voltados para sua ação regional e global. A África, independentemente de suas crises regionais e dos problemas sociais e políticos que ainda possui, é, por sua vez, uma força política relevante no cenário internacional, e, por isso, serviu como palco da reinserção chinesa no mundo contemporâneo; esse movimento chamou a atenção da diplomacia brasileira, bem como a de outras potências com interesses diversos no continente africano. Por outro lado, nações ocidentais, que nas últimas décadas perderam influência no continente negro, teceram inúmeras críticas às relações entre os dois atores emergentes, entre as quais se destacam a ameaça de uma nova forma de colonialismo na África, a aproximação chinesa de regimes ditatoriais e as violações aos Direitos Humanos.

Nesse contexto, objetiva-se com o presente trabalho apresentar um panorama das relações sino-africanas, abrangendo diversos aspectos dessa parceria, e compará-las com as atuações de outros Estados emergentes como Brasil, Rússia e Índia e, ainda, os Estados Unidos da América (EUA) na África, a fim de identificar os reais interesses chineses no continente

africano e avaliar se e como ocorre o confronto de interesses chineses com os demais atores.

A metodologia utilizada para o trabalho envolve a revisão bibliográfica sobre o assunto e análise documental. Assim, seu desenvolvimento se dá pelo método da comparação entre as diferentes abordagens de aproximação da China e dos demais Estados com a África, buscando compreender como a política externa chinesa para aquele continente pode afetar os interesses dos demais Estados. Para tal, as seguintes questões são colocadas a fim de melhor orientar a pesquisa: o que se pode comparar entre as parcerias sino-africanas e as relações das demais potências mundiais com a África? Quais são as necessidades da China na África e qual a importância geopolítica daquele continente no Sistema Internacional? Podem ser consideradas essas parcerias sino-africanas uma nova forma de imperialismo na África? Qual o impacto para o equilíbrio de poder causado pelo crescimento da presença chinesa na África, sob a visão das demais potências?

Nesta dissertação, a pesquisa será dividida em quatro capítulos. No segundo capítulo, serão descritas as trajetórias da China e da África a partir do fim da Guerra Fria (1989) até a segunda década do século XXI, objetivando assim elucidar, primeiramente, como a China, ao longo do século corrente, tornou-se um símbolo da ascensão das nações em desenvolvimento, quais reformas tiveram que ser implantadas e como sua política externa agiu para superar o isolamento geopolítico no século anterior. E, em relação à África, serão apresentadas as circunstâncias do seu renascimento geopolítico, a partir de um quadro de marginalização pós-Guerra Fria, as iniciativas de reafirmação, a busca de soluções para as crises que historicamente assolaram o continente e o crescimento econômico como resultado de uma política mais assertiva para a reinserção africana no cenário internacional, ainda que de forma assimétrica.

Com o terceiro capítulo, objetiva-se apresentar as relações sino-africanas, partindo de um contexto histórico no início dos anos 1990, seguindo para consolidação da parceria por meio do Fórum de Cooperação China-África (do inglês, FOCAC) e finalmente introduzindo o

princípio enunciado de “*win-win*” das relações sino-africanas; em seguida, serão apresentados, em diferentes campos de atuação, alguns exemplos da atuação chinesa na África e quais suas contrapartidas, projetos e investimentos que pautam a política externa chinesa no continente e alguns valores das transações comerciais entre os dois atores ao longo das últimas três décadas. E, encerrando o capítulo, serão apresentados alguns aspectos negativos das relações sino-africanas, sob o ponto de vista dos africanos, em diferentes áreas onde os chineses se fizeram presentes.

No quarto capítulo, será apresentado como os demais atores – Brasil, Estados Unidos, Índia e Rússia – se relacionam com a África, quais traços de convergência e divergência entre as políticas desses e as relações sino-africanas e os possíveis impactos da presença chinesa nos interesses desses atores.

Finalmente, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões do trabalho, onde serão evidenciadas as respostas às perguntas elaboradas, sob a ótica da metodologia proposta.

2 AS TRAJETÓRIAS DA CHINA E DA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

2.1 A CHINA, DA GUERRA FRIA AO SÉCULO XXI

Segundo a professora Cristina Pecequilo (2012), em 2008, durante a realização das Olimpíadas de Pequim, a China tornou-se símbolo da ascensão das nações emergentes no século XXI, tendo, a partir de 2011, ultrapassado o Japão como segunda maior economia global, impulsionado por altos índices de crescimento econômico (a média manteve-se em torno de 9-10% ao longo da década), solidez interna e autonomia nas relações internacionais, com a preservação da identidade de país do Terceiro Mundo – termo usado nos anos 1990 para denominar os países em desenvolvimento. Entretanto, desde 1989, esse caminho não foi linear.

De 1989 a 1999, a China enfrentou, no imediato período pós-Guerra Fria, desafios similares à ex-URSS, que deixou de existir em 1991 após profunda crise política e econômica. Contudo, diferentemente da ex-URSS, a China conseguiu preservar seu modelo e integridade política para consolidar-se como poder global. Segundo a autora, a crise chinesa teve seu ápice marcado pelos episódios de violência durante as manifestações de estudantes e trabalhadores na Praça da Paz Celestial, em 1989. De acordo com o economista Paulo Visentini (2010), esses protestos representavam tensões existentes entre o Partido Comunista Chinês (PCC), que buscava implementar uma abertura política de forma gradual, e correntes liberais que desejavam uma reforma política mais ampla, rápida e profunda. Desse processo, prevaleceu a política do PCC e do seu ex-líder, Deng Xiaoping (1978-1990), que então pôde conduzir a consolidação da Economia Socialista de Mercado e a preservação da integridade chinesa. O ponto de partida desse processo foi a implementação da Política das Quatro Modernizações, a partir de 1978, que, segundo o professor Paulo Visentini,

Tal plano consistia numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo, abarcando quatro esferas a modernizar: indústria agricultura, forças armadas e ciência e tecnologia (...) Tais reformas visavam a abertura externa seletiva do país através da criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a

instalação de empresas transnacionais, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE). (VISENTINI, 2010, p. 94).

Em resumo, a Política das Quatro Modernizações priorizava reformas nos setores da indústria, agricultura, defesa e cultura, visando reintegrar a China aos principais fluxos da economia mundial. Controladas pelo PCC, as reformas sustentavam-se na base material e na estabilidade política do regime socialista.

Segundo Henry Kissinger (2011), para que essas reformas pudessem ser aproveitadas, permitindo um salto qualitativo do país, era preciso a captação de novas tecnologias para modernização e a atração de empresas que estariam interessadas em instalar-se no território chinês, diversificando a economia local e capacitando-a a competir nos mercados asiático e internacional. Nesse intuito, foi criado, a partir da segunda metade da década de 1970, o espaço preferencial das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que eram zonas de livre comércio, estabelecidas por meio de uma legislação mais flexível, com a redução ou até mesmo a isenção de impostos, e que permitiam atingir os objetivos de desenvolvimento, tornando-as plataformas de exportação.

A união entre propósitos de mercado capitalistas, a reforma do panorama produtivo chinês e a preservação da ordem administrada pelo PCC levou à classificação desse modelo como Economia Socialista de Mercado. O grande desafio do PCC era combinar um novo modo de produção capitalista com a preservação do regime socialista que controlaria a evolução desse processo e a sua disseminação pela sociedade de forma gradual.

Bem-sucedida, essa estratégia permitiu que o país alcançasse taxas de crescimento significativas a partir da instalação das reformas, padrão que tem se repetido mesmo em épocas de crise como 1997/1998 e 2008/2009. A média do crescimento ao longo do século XXI é de cerca de 8 a 10% anuais (GRAF.1), com o país preservando sua posição autônoma na definição de suas políticas econômicas.

No que se refere à agenda internacional, a contrapartida da política das Quatro Modernizações foi a superação do isolamento; a China buscava no final do século XX a retomada de sua posição como potência regional e global, e também se preservando da interferência e ingerência de poderes externos.

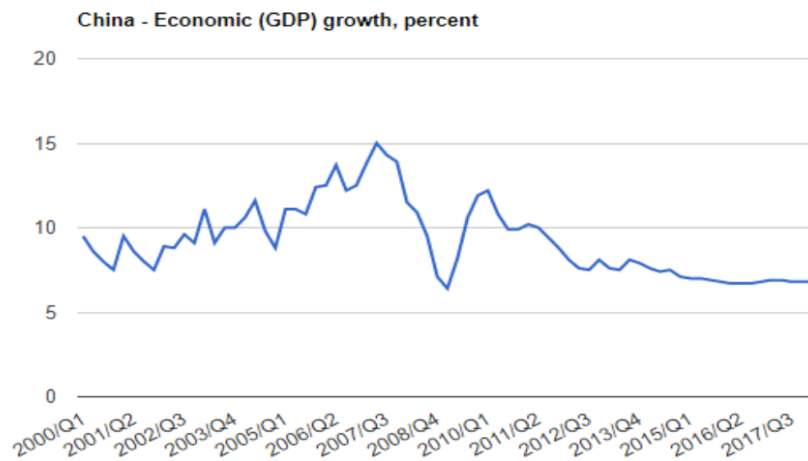


GRÁFICO 1 – variação do PIB chinês do ano 2000 até 2016.

Fonte: site The Global Economy. Disponível em:

<https://www.theglobaleconomy.com/China/data_gdp_growth/>. Acesso em 05 jul. 2018.

Desse modo, a partir do sucesso das Quatro Modernizações, o fim da Guerra Fria e a superação dos eventos da Paz Celestial, a política externa chinesa se consolidou globalmente, adaptando seu discurso e agenda às novas realidades do poder mundial. Essa adaptação manteve a prioridade da paz e do desenvolvimento, acompanhada de um viés mais assertivo, com a solidez da identidade chinesa como potência e nação do Terceiro Mundo. Isto permitiu ao país a consolidação da sua política externa voltada para a cooperação Sul-Sul¹, para a defesa do multilateralismo e do multipolarismo, para a reforma do Sistema Internacional e para a elevação de seu poder diante do eixo Norte.

1 - A parceria Sul-Sul é um processo de articulação política e de intercâmbio econômico, científico, tecnológico, cultural, etc., entre países em desenvolvimento, com o propósito de promover ações de apoio mútuo. O termo "sul" se deve ao fato de que grande parte desses países estão localizados no hemisfério sul, embora haja vários deles cujo território se localiza parcial ou integralmente no hemisfério norte. Basicamente, a cooperação Sul-Sul inclui países da África, Ásia e América Latina, além dos pequenos países do Caribe e da Oceania.

Segundo Gustavo Menezes (2013), ao longo da década de 1990, essa consolidação se traduziu em duas linhas de ação: a relação bilateral com os Estados Unidos da América (EUA) e uma nova ênfase nos intercâmbios Sul-Sul. Essa trajetória envolve a elaboração de uma agenda internacional de intercâmbio com mais de 170 países no mundo, e encontra no fundamento dos “cinco princípios da ascensão pacífica” os valores básicos da política externa chinesa. Esses princípios tinham como objetivos preservar a independência, a soberania e a integridade territorial chinesa, colaborar para a criação e manutenção de um ambiente internacional favorável à reforma, abertura e modernização da China, defender a paz mundial e promover o desenvolvimento comum dos povos.

Avaliando especificamente as relações Sul-Sul, as mesmas possuem dimensões regionais e globais, que se sustentam em um discurso voltado à assertividade e alinhado aos países em desenvolvimento, em defesa da reforma das estruturas de poder político-econômicas vigentes e do multipolarismo. Por fim, um dos movimentos mais significativos dessa cooperação Sul-Sul, cuja densidade é crescente no contexto do Sistema Internacional, é o da aproximação China-África (e, em menor medida, China-América do Sul), cujo interesse principal era a abertura de novas alternativas de cooperação e desenvolvimento para as economias chinesa e africana, sustentada em quatro pilares: mercados para a venda de produtos chineses, matérias-primas, alimentos e recursos energéticos; contudo, surgem no contexto dessa parceria outros vieses além do econômico, que serão estudados no capítulo 3.

Atualmente, o objetivo primário da política externa chinesa concentra-se na manutenção de altos índices de crescimento através do aprofundamento da reforma econômica direcionada para o mercado; em segundo, a defesa da soberania e unidade nacionais e, em terceiro, sua transformação em um grande poder regional e global. Tais desafios econômicos são considerados fundamentais e inseparáveis dos elementos básicos de segurança nacional: independência, soberania e estabilidade.

2.2 A TRAJETÓRIA DA ÁFRICA

Durante a Guerra Fria, as nações do continente africano conheceram sua independência ao longo dos anos 1950 e 1970, e se inseriram no Sistema Internacional segundo a lógica da bipolaridade EUA *versus* ex-URSS. Com a queda do muro de Berlim, enquanto na América Latina o fim da bipolaridade foi acompanhado pela aproximação com os EUA e a razoável consolidação dos Estados locais, na África observou-se um ressurgimento dos conflitos internos, a reestruturação política e a marginalização externa. Como indica Visentini,

O fim da bipolaridade e do (...) conflito Leste-Oeste, agravado pelo desmembramento e desaparecimento da ex-União Soviética em fins de 1991, fizeram com que o continente africano perdesse grande parte de sua importância estratégica e capacidade de barganha, ao que se acrescentava a própria perda de importância econômica (...) O resultado foi a marginalização da África no Sistema Internacional e a desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional. (VISENTINI, 2010, p. 64).

Essas pressões colocaram o continente e a maioria de suas nações, com baixos índices de desenvolvimento humano (assim como outros Estados da Ásia Central) na lista da diplomacia dos EUA como “Estados falidos”. Contudo, no início do século XXI essa situação altera-se progressivamente por meio de iniciativas de reafirmação, crescimento e a busca de soluções locais e alternativas globais, renovando o papel e a assertividade do continente, ainda que de forma assimétrica.

2.2.1 Um balanço das crises e mudanças

As crises ocorridas no continente africano no período pós-Guerra Fria relacionam-se a movimentos de reestruturação dos Estados nacionais a partir de segregações sociais e geopolíticas remanescentes do período colonial e de independência, que se sobrepõem a dimensões étnicas e religiosas, muitas vezes instrumentalizadas para explicar a eclosão da violência. Igualmente, envolvem elementos de poder nacional dos Estados africanos como diamantes, petróleo e gás, além de extensões territoriais. A dimensão dessas tensões é interna,

mas também envolve a interação de diversos Estados e ultrapassa fronteiras. Nas últimas duas décadas, as tensões na Somália, Serra Leoa, Ruanda, Burundi, Uganda, República Democrática do Congo, Sudão, a instabilidade no Zimbábue e o fim do *Apartheid* na África do Sul foram alguns dos acontecimentos que se destacaram no cenário africano.

Além disso, as situações de crise social na África não se referiam somente a essas dimensões tradicionais de conflitos e guerras, mas envolviam problemas sociais e econômicos relacionados ao baixo crescimento, pobreza e precariedade dos serviços de bem-estar do Estado (saúde, educação, assistência). Crises humanitárias relacionadas à saúde, como a epidemia do HIV/Aids, a presença de doenças como pólio e tuberculose e o vírus ebola compõem um quadro de desafios abrangentes. Essa combinação de fatores embasou um discurso “afro-pessimista” no pós-Guerra Fria (ao qual posteriormente irá se contrapor à perspectiva do Renascimento Africano).

2.2.2 O Renascimento Africano

Segundo José Flavio Saraiva (2015), após o longo período de marginalização enfrentado durante o século XX, o nascer do século XXI trouxe ao continente africano um ar de esperança: o renascimento geopolítico da África, diante da elevação gradual, em termos políticos, sociais e econômicos, que se observa no continente mais atrasado do mundo. As possibilidades que se desenharam nos últimos anos, diante de um passado recente de guerras, crises alimentares e de epidemias, sugerem para a África o início de um ciclo novo, no qual se espera que o continente se erga a nível global por meio de um crescimento econômico sustentável e da melhoria da governança política, mas sobretudo atenta aos direitos elementares da pessoa humana, ao fim da desigualdade entre raças, ao controle de terras africanas pelos africanos, à liberdade de imprensa, ao reconhecimento do direito à educação, etc.

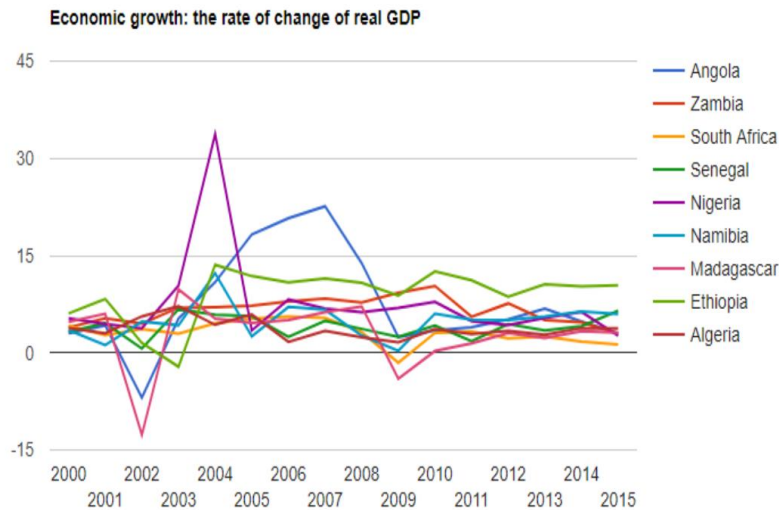


GRÁFICO 2 – variação do PIB de alguns países africanos do ano 2000 até 2015

Fonte: site The Global Economy. Disponível em:

<<https://www.theglobaleconomy.com/compare-countries/>>. Acesso em 05 jul. 2018.

Pode-se reconhecer essa transição positiva para um novo patamar de inserção internacional no século XXI por meio do avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e da contenção dos conflitos armados, do crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias e alicerçadas na responsabilidade fiscal, da preocupação social e da elevação da autoconfiança das elites políticas. No período de 2000 a 2015, o PIB médio da África cresceu cerca de 5% ao ano (GRÁF. 2) e a inflação média no continente vem se mantendo estável na faixa de 6% no mesmo período. Desde a crise de 2008, o crescimento anual do PIB africano supera o PIB da Europa e das Américas, e as expectativas feitas em 2013 para os anos seguintes são alentadoras, segundo os relatórios do FMI e do Banco Mundial. Os investimentos internos equivalem a 19% do PIB, percentual maior que no Brasil, cujo valor gira em torno de 15%, segundo o IBGE. A África vem sendo escolhida como parte das prioridades para novas áreas e carteiras de empréstimos do Banco Mundial (SARAIWA, 2015).

Cunhada pelo ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki, a expressão “Renascimento Africano” surgiu como representativa de um processo de recuperação gradual do continente a

ser empreendido por suas nações a partir do reconhecimento de suas potencialidades e dificuldades. Os problemas socioeconômicos, a reconstrução interna, a revitalização econômica e a retomada da autonomia nas relações internacionais fazem parte desse processo.

Segundo Pecequilo (2012), três fenômenos no campo político podem ser analisados como exemplos do Renascimento Africano: o fim do *Apartheid* na África do Sul no começo da década de 1990, o multilateralismo africano e as relações extrarregionais nos anos 2000. Nesse contexto, o fim dos embargos econômicos sobre a África do Sul pós-*Apartheid* propiciou a consolidação do processo de recuperação econômica daquele país; posteriormente, sua aproximação com outras potências emergentes, visando ao estabelecimento de parcerias estratégicas, por meio dos fóruns de cooperação multilateral IBAS² e BRICS³, propiciou o compartilhamento de diversos objetivos comuns nas áreas política, econômica e social, em torno das necessidades de reforma das organizações internacionais multilaterais. No ambiente regional, a reconciliação interna da África do Sul e seus movimentos multilaterais se estenderam aos seus vizinhos africanos, por meio das comunidades de desenvolvimento africanas, como a União aduaneira da África Austral (SACU, em inglês), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês) e a Organização da Unidade Africana (OUA). Essas comunidades, seguindo o exemplo da África do Sul, aprofundaram-se, a partir da década de 1990, em busca da integração econômica e do livre comércio entre seus membros, aproximando-se, inclusive, de blocos extrarregionais como a União Europeia e o Mercosul.

Contudo, a autora considera as relações extrarregionais com a China como sendo a principal razão pela qual a África conseguiu superar o quadro de marginalização do século XX; essas relações trouxeram ao continente um novo potencial de crescimento econômico e de desenvolvimento, associados à implementação de novos projetos de cooperação. Esses

2 – Acrônimo do fórum de diálogo formado por Índia, Brasil e África do Sul.

3 – Acrônimo do grupo político de cooperação formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

movimentos extrarregionais na África são parte de um reordenamento do poder global e refletem o dinamismo de projeção econômica e política chinesa.

Meredith (2017), em complemento à análise feita por Pecequilo, aponta mais três outras causas, nos campos econômico, estratégico e tecnológico, para o continuado crescimento econômico africano no início do século XXI: o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, o desenvolvimento agrícola e a tecnologia de telefonia móvel. Um exemplo relacionado à primeira causa foi o salto do preço do barril de petróleo, de 20 dólares para mais de 100 dólares; as empresas estrangeiras correram para expandir a produção dos campos existentes e desenvolver novos campos. Com isso, o valor das exportações dos três maiores produtores de petróleo e gás da África – Nigéria, Angola e Argélia –, aumentou de 300 bilhões de dólares, em 1990, para mais de um trilhão, nos anos 2000. Assim, novos campos foram abertos em Gana, Uganda, Moçambique, no Tanzânia e no Quênia. As empresas estrangeiras também se moveram rapidamente para garantir novas áreas no setor de mineração.

No agronegócio, houve, a partir de 2008, uma onda semelhante de interesse pelas vastas áreas de terras não cultivadas do continente. O principal impulso foi uma escassez mundial de alimentos, que levou ao aumento dos preços e a desordens em uma série de países, do Egito ao México. De repente, a comida tornou-se uma questão de segurança nacional. Empresas estrangeiras começaram a vasculhar a África por terras aráveis para compra ou locação. A Etiópia, o Sudão, o Congo, a Tanzânia e Moçambique estavam entre os locais preferidos. Os governos desses países acolheram o afluxo, garantindo que a terra fosse disponibilizada a preços baixos e ignorando a oposição de agricultores de subsistência.

Por fim, a chegada da tecnologia de telefonia móvel à África ajudou a estimular o crescimento de uma sociedade consumidora, fornecendo aos empresários e comerciantes uma riqueza de informações sobre o mercado e um método de pagamento rápido. Agricultores utilizavam o celular para controlar preços e receber informações sobre as colheitas e as

condições meteorológicas. O crescente uso de celulares e da internet transformou muitas economias locais; no ano 2000, a Nigéria possuía apenas 400 mil telefones fixos antigos, para uma população de 160 milhões de habitantes. Em 2012, a telefonia móvel já tinha alcançado 60 milhões de assinantes. Novos grupos de empresários surgiram em toda a África.

Segundo Saraiva (2015), a África, senhora de recursos minerais, é fonte de cobiça por 66% dos diamantes no mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto e de 10 a 15% do petróleo. São aproximadamente trinta os recursos naturais que a África guarda em seu subsolo. Contudo, só participa de 2% do comércio mundial e possui apenas 1% da produção industrial global. Há, então, um enorme desafio de elevação desses índices. Outrossim, cabe mencionar que a economia baseada na exportação de *commodities* é responsável por cerca de 45% do PIB africano, e, portanto, há o receio de que o esgotamento desse modelo poderá gerar um novo ciclo de endividamento interno.

Atores internacionais de toda ordem – cada vez menos organizações não governamentais humanitárias de países ricos e cada vez mais agentes econômicos e estratégicos globais –, circulam nas capitais africanas e querem dividir com os africanos os balanços e projeções de investimentos estrangeiros a serem realizados no continente. E, apesar dessa internacionalização ter gerado reações internas sob a ótica de que governantes liberais e democráticos estariam mantendo as velhas formas de dominação e perpetuando as desigualdades sociais no continente, relatórios e cenários vêm sendo lançados por tais agentes econômicos, com profecias otimistas acerca das escolhas políticas e do novo perfil de desenvolvimento social que a África requer. Hoje, os Estados, as instituições multilaterais, as grandes empresas e os produtores de cultura estão acompanhando de perto a reinserção africana na política internacional.

3 O INTERESSE DA CHINA NA ÁFRICA

3.1 AS RELAÇÕES “WIN-WIN” SINO-AFRICANAS

Segundo o historiador Martin Meredith (2017), no século XXI, enquanto o interesse ocidental no continente africano murchava, criando assim um “vácuo” de poder, a China viu grandes oportunidades emergentes em uma região anteriormente considerada quintal da Europa. O movimento da China em direção à África foi impulsionado principalmente por seu apetite por matérias-primas para suas indústrias em expansão – petróleo, cobre, alumínio, minério de ferro, cobalto, diamante, urânio, madeira, produtos agrícolas, entre outros –, mas também era parte de um plano a longo prazo para fazer da China o mais influente protagonista estrangeiro na África.

Segundo Saraiva (2015), a conexão China-África começou no governo do primeiro ministro Li Peng no início dos anos 1990; o marco político do início dessa conexão foi o dia 4 de julho de 1989, ante o drama da Praça da Paz celestial e o isolamento imposto pelo Ocidente ao regime político chinês. Assim, pode-se afirmar que essa aproximação com a África aconteceu por razões mais políticas que econômicas. Em 12 de março de 1990, durante uma visita dos chefes de Estado Africanos em Pequim, Li Peng anunciou o surgimento de uma nova ordem internacional, na qual todos os países eram iguais e deveriam se respeitar uns aos outros com relação a suas diferenças no sistema político e ideologias. Para o líder chinês, as democracias ocidentais não poderiam interferir nos assuntos domésticos dos países em desenvolvimento, especialmente avançar no poder político em nome dos Direitos Humanos, da liberdade e da democracia.

De acordo com o autor Gustavo Rocha de Menezes (2013), a partir dos anos 2000, essa conexão foi consolidada com a criação do Fórum de Cooperação China-África (do inglês – FOCAC), criado como parte de uma firme e determinada política chinesa de intensificação dos

laços com os países africanos. A FOCAC teria como resultados compromissos ambiciosos, entre eles: uma meta de fluxo comercial entre as partes na ordem de 100 bilhões de dólares até 2010; o lançamento de um fundo de investimentos do governo chinês na África; programas de cooperação técnica em diversas áreas; o cancelamento de dívidas de países africanos, entre outras iniciativas. O evento ganhou naturalmente grande repercussão, tanto nas mídias internas como na internacional, que despertava para um fenômeno que passaria a ocupar com certa frequência as manchetes dos principais meios de comunicação internacionais, nem sempre de forma positiva. “A nova partilha da África” ou “a invasão chinesa na África” são exemplos de algumas manchetes sensacionalistas que se prestavam a vender a visão de que a China aplicaria na África políticas centradas exclusivamente na exploração de matérias-primas e desenvolveria uma relação desigual com os países africanos, os quais se tornariam crescentemente dependentes de Pequim.

Justificadas nos laços históricos, na retórica de “Terceiro Mundo” e na ausência de passado colonial, as relações sino-africanas ao longo do século XXI, embora predominantemente econômicas e baseadas no princípio enunciado de “*win-win*” – “ganhos mútuos”, seguiram tendo uma forte conotação política e estratégica, e, além disso, ela obedece à “*Realpolitik*”, termo em alemão usado para designar a relação entre Estados baseada, principalmente, em considerações pragmáticas, em detrimento a noções ideológicas ou princípios morais, diferentemente do perfil das relações com os países ocidentais. Ou seja, a China não impõe condicionalidades ao envio de recursos a essas nações. Diante de seu quadro de marginalização do pós-Guerra Fria, a África recebeu de forma positiva estas aproximações da China, assim como da Índia e do Brasil (HUGON, 2015).

A política externa chinesa na África abrangia diversas áreas de atuação; no campo econômico, o mais relevante da relação, ela está estruturada na exportação de bens industriais e importação de produtos primários, particularmente minerais, o que permite à China abastecer

seu enorme parque industrial, e, em contrapartida, oferecer sua produção manufatureira a um mercado consumidor de quase um bilhão de pessoas. A sua balança comercial com a África, que em 2010 foi de 126 bilhões de dólares (GRÁF. 3), é ligeiramente deficitária, em virtude dos baixos preços dos produtos manufaturados chineses e pela alta dos preços dos *commodities* africanos. Essas relações comerciais estimularam o crescimento do PIB das nações africanas a taxas nunca antes vistas. Estima-se que 90 milhões de africanos – quase um décimo de uma população total de um bilhão – teriam rendimentos anuais de 5 mil dólares ou mais, uma classe aspirante de consumidores com algum grau de poder de compra (MEREDITH, 2017).

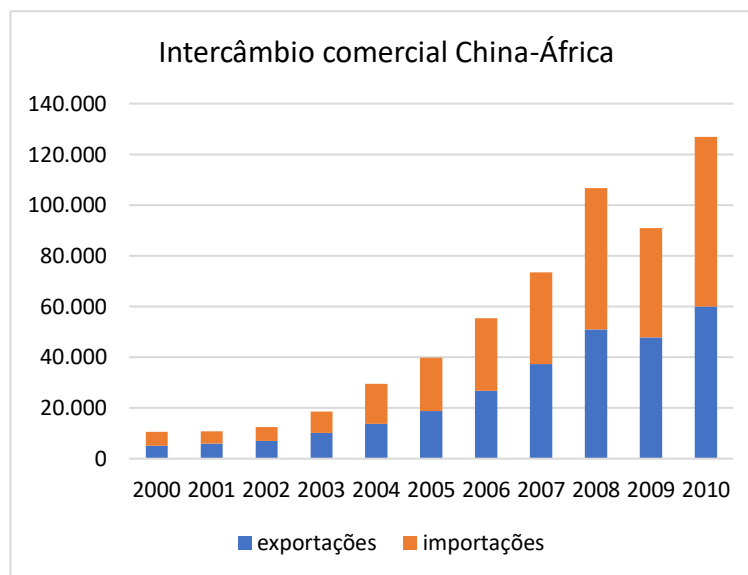


GRÁFICO 3 – Balança comercial China x África no século XXI; valores em U\$ milhões.
Fonte: Menezes, 2013, p. 325.

No campo político/diplomático, a China apresenta-se como um representante natural dos países em desenvolvimento; em contrapartida, a África exerce a cooptação política das nações africanas que no total ocupam 54 cadeiras na ONU; o alinhamento com esses representantes adiciona um peso relevante a favor da China nas decisões daquela Organização; como, por exemplos, a China apoia-se nos Estados africanos para evitar a entrada do Japão no Conselho de Segurança da ONU ou o não reconhecimento de Taiwan como nação.

Ainda no contexto diplomático das relações sino-africanas, a China desenvolve seu *soft power* tendo em vista uma presença duradoura na África, por meio dos Centros Confúcio⁴, da televisão, das comunidades chinesas na África, das transferências de tecnologia e da formação acadêmica – anualmente, cerca de 10.000 estudantes africanos fazem intercâmbio nas instituições de ensino chinesas (HUGON, 2015).

No campo estratégico, as relações sino-africanas são pautadas nas exportações de petróleo e gás natural, que contribuem para garantir a sustentabilidade do crescimento econômico chinês, e em troca, as nações africanas recebem investimentos em obras de infraestrutura como portos, aeroportos, estradas, refinarias e modernização urbana; a China é o segundo consumidor de petróleo do mundo (cerca de 11,8 milhões de barris por dia⁵), por isso estabeleceu laços com vários países produtores africanos. A África fornece-lhe anualmente cerca de 30% das suas provisões, percentual esse extraído, em grande parte, dos três maiores produtores do continente – Nigéria, Angola e Argélia.

O fato é que, nesses últimos 20 anos, a China desembarcou na África de forma estrutural. É difícil andar em qualquer rua comercial de qualquer país africano que não esteja inundada por produtos chineses. Não há capital na África sem uma obra pública imponente feita com recursos chineses, tampouco há infraestrutura importante de aeroportos e estradas que não tenha uma mão chinesa. Para exemplificar com números, a China oferecia, em 1988, cerca de 60 milhões de dólares de ajuda direta a trinta países africanos. Em 1990, depois do apoio dos governos africanos ao regime de Pequim, os países africanos já receberam a soma de 374 milhões de dólares. No ano 2000 esses valores atingiram os 10 bilhões, e em 2011 foram a 129 bilhões de dólares, divididos em aproximadamente 800 projetos de ajuda em 49 Estados. Essas

4 – O Instituto Confúcio é uma organização educacional pública sem fins lucrativos, vinculada ao Ministério da Educação da China, cujo objetivo é dar apoio ao ensino da língua chinesa e facilitar o intercâmbio cultural em todo o mundo por meio de associações com outras instituições de ensino (MATTIS, 2012). Disponível em:

<<https://thediplomat.com/2012/08/reexamining-the-confucian-institutes/>> Acesso em 07jul 2018. Tradução nossa.

5 - Dados referentes ao ano de 2015. Fonte: site Central Intelligence Agency (US). Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2246rank.html>>. Acesso em 07 jul 2018.

cifras vultuosas investidas pelos chineses são em grande parte a explicação pelo renascimento da África (SARAIVA, 2015).

As autoridades chinesas trabalharam duro para estreitar laços com os líderes africanos. Nesse contexto, foram criadas várias *joint-ventures* - união de empresas chinesas e africanas a fim de obter vantagens lucrativas nos setores de petróleo e mineração, na geração de energia, na manufatura e nas telecomunicações. Cerca de 800 empresas e milhares de empresários chineses seguiram na esteira de grandes projetos, construindo fábricas, comprando imóveis, investindo em fazendas, lojas e restaurantes. Comerciantes e produtos chineses tornaram-se uma característica comum em muitas cidades africanas e vila rurais. Ao longo de uma década, cerca de 1 milhão de chineses se mudaram para a África – empresários, técnicos, pessoal médico, garimpeiros e fazendeiros (MEREDITH, 2017) .

3.2 O LADO NEGATIVO DA POLÍTICA CHINESA

Apesar de terem alavancado o continente africano a um patamar econômico inédito ao longo do século XXI, as relações sino-africanas, consolidadas dentro de um perfil predominantemente “*Realpolitik*”, também suscitaram severas críticas estadunidenses e europeias, uma vez que a China não condiciona essa cooperação e ajuda econômica a elementos políticos, tradicionais no Ocidente, como Direitos Humanos. Assim, para que fossem alcançados seus objetivos comerciais, estratégicos e políticos, as relações sino-africanas deixaram também legados negativos, que acabaram por afetar a forma como eram vistas pelos africanos.

No campo econômico, o desenvolvimento do setor produtivo baseado apenas na exportação de matérias-primas, embora tenha favorecido os investimentos e o crescimento na África, também trouxe alguns efeitos perversos, entre eles “primarização” da economia africana, que gerou um ambiente desfavorável ao crescimento da indústria manufatureira,

fenômeno esse similar à época colonial. Além disso, nas relações sociais entre duas civilizações distintas, observou-se um “choque” de culturas devido à excessiva presença chinesa, acarretando em forte rejeição das comunidades chinesas pelos africanos; também foram observados diversos conflitos envolvendo empresários chineses e as sociedades locais: patrões foram acusados de violar as leis trabalhistas, prejudicar o meio ambiente e inundar o mercado com produtos baratos que arruinavam as indústrias nativas. Havia inúmeras disputas sobre os baixos salários e as más condições de trabalho, levando ministros chineses a emitirem uma repreensão formal aos seus representantes em favor da estabilidade criada anteriormente. E, embora os setores de mineração e de petróleo e gás contribuíssem com grandes receitas, criavam pouco emprego – menos de 1% da força de trabalho era de contratados locais. Apenas cerca de um quarto dos trabalhadores africanos tinha empregos estáveis, com salários regulares. Além disso, as receitas geradas por essas atividades geraram enorme lucro, mas grande parte da riqueza adquirida foi para outras partes do mundo (MEREDITH, 2017).

No campo político, a abordagem pragmática da China em relação à África, na qual os negócios ficavam em primeiro lugar, ajustou-se bem aos sistemas patrimoniais de governo empregados por alguns líderes africanos. Interessada nas riquezas da África, ela estava preparada para negociar com ditadores e regimes repugnantes, sem nenhum compromisso com aspectos humanitários. Segundo Chris Alden (2007), a China desenvolveu significativamente as suas relações militares com certas nações da África; as vendas de armas e os apoios a certos “Estados vilões” contribuíram para alimentar conflitos armados em Angola, na Etiópia, no Sudão e no Chade. O papel cada vez mais dominante da China suscitou uma variedade de críticas, tanto no Ocidente como na própria África; os críticos ocidentais se queixavam de que os chineses minavam os esforços de promover a boa governança e agravavam os níveis de corrupção, já os africanos alertavam para uma nova forma de imperialismo.

No que se refere a questões ambientais, segundo Menezes (2013), a China foi duramente criticada por sua conduta no tratamento de projetos que financia e desenvolve na África. Um exemplo seria a construção da barragem de Merowe, no Sudão. Um dos maiores projetos construídos no setor hidrelétrico, com capacidade de geração de 1.250 megawatts e com um reservatório de 476 km² de área, acarretou em sérios impactos ambientais e sociais, a partir da redução do fluxo de água de um dos afluentes do rio Nilo e, conseqüentemente, escassez na região à jusante da barragem, o que forçou o deslocamento de dezenas de milhares de aldeões de Addis Abeba, na Etiópia.

Ainda citando questões ambientais, a China também atraiu críticas por seu envolvimento no comércio ilegal de marfim, que estava dizimando as manadas restantes da África. Por séculos, os chineses haviam cobiçado o produto, mas a grande classe média que surgiu a partir do *boom* econômico chinês no século XXI criou uma nova demanda que fez o preço do marfim mais que quintuplicar nas ruas de Pequim, entre 2006 e 2013, levando a um enorme aumento do tráfico. Empresários chineses, trabalhadores e autoridades locais na África se tornaram grandes figuras em seu comércio. Do tráfico clandestino de marfim, 70% foi pra China. Finalmente, curvando-se ao alarme internacional sobre o destino da população de elefantes, a China concordou, em 2013, com a introdução de penas mais duras para o tráfico (MEREDITH, 2017).

4 O INTERESSE DAS DEMAIS POTÊNCIAS NA ÁFRICA

4.1 A ÁFRICA E O MUNDO

Segundo o professor Oliver Stuenkel (2017), a África continua a ser, no século XXI, o espaço de competições e de influência entre Estados e também o local privilegiado para desenvolvimento da ajuda e da cooperação internacional. Brasil, Índia, Rússia e China estão rapidamente aumentando sua presença na África, causando uma alteração fundamental nas dinâmicas de poder que no passado representava pouco mais do que um objeto de ajuda externa do Ocidente. As antigas potências ocidentais (EUA e Estados da Europa) perderam a sua influência, ainda que continuem presentes, como é o caso da França e suas ex-colônias africanas; por sua vez, as potências emergentes da Ásia e o Brasil tornaram-se atores estratégicos. As reorientações do comércio externo africano para novos parceiros são um sinal dessas novas relações bilaterais – metade desse comércio é realizado hoje em dia com os Estados emergentes.

4.2 AS RELAÇÕES BRASIL – ÁFRICA

No século XXI, os africanos passaram a olhar o Brasil como uma referência de Estado que, um dia colônia, teria construído algo novo, diferente de outros modelos de democracia. O Brasil, a partir dos laços históricos e culturais com os quais se une à África – o passado colonial, a afro-descendência da população brasileira e a comunhão da mesma língua com alguns Estados –, passou a ser, pelo menos em certos setores sociais, econômicos e políticos do país, um modelo a ser seguido por algumas nações africanas, e, a partir dos governos Lula (2003 a 2011) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), ensaiou-se uma nova forma de parceria no Atlântico Sul, na qual a política externa brasileira tem atribuído renovada importância às relações com a África,

marcadas por crescentes interesses econômico-comerciais e intenso intercâmbio nos campos político e da cooperação (SARAIVA, 2015).

Nessa dinâmica, contatos bilaterais foram reforçados e somaram-se a novas alianças multilaterais, construídas em torno de propósitos econômicos, sociais, estratégicos e diplomáticos, como o IBAS e os BRICS, além de acordos entre o Mercosul e organizações intergovernamentais africanas. Nessas duas primeiras décadas do século, o Brasil ainda não substituiu nenhum outro ator estatal internacional em seu peso relativo no investimento, na presença comercial nem no peso geoestratégico ou político na África; no entanto, avançou sua posição na fronteira oriental, substituindo o período de silêncio nas relações com a África por um ciclo virtuoso de cooperação e criação de projetos para o continente africano (SARAIVA, 2015).

Assim, a recuperação da política externa voltada para a África permitiu ao Brasil certa participação no desenvolvimento do continente e contribuiu para a projeção internacional do país. São diversas as áreas de atuação da política externa brasileira na África: política, economia, comércio, segurança estratégica, diplomacia e cooperação.

No campo estratégico, o primeiro interesse que historicamente une os dois lados do Atlântico Sul é a defesa das riquezas comuns aos africanos e sul-americanos nesse vasto oceano, como, por exemplo, a luta desses Estados costeiros na defesa e regulamentação das suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) junto à Organização Marítima Internacional (em inglês, IMO). Outrossim, ao longo do século XXI, o Atlântico Sul tem sido objeto de elevada atenção estadunidense e chinesa por conta da descoberta de reservas estratégicas de gás e petróleo na costa brasileira e ocidental africana. Nesse contexto, nos primeiros anos da década de 2010, o Brasil e os países africanos litorâneos intensificaram seus esforços de cooperação estratégica, por meio de *joint-ventures* unindo a PETROBRAS e empresas locais para realização de atividades de pesquisa e exploração de óleo em águas profundas em Angola, Gabão e Nigéria

(SARAIVA, 2015); além disso, a Marinha do Brasil tem marcado presença no Exercício Multinacional *OBANGAME EXPRESS*, conduzido pela Marinha dos EUA no Golfo da Guiné desde 2010, que visa ao aumento da segurança marítima na região e da interoperabilidade entre as Marinhas e agências envolvidas⁶.

Ainda no campo estratégico, podem ser também destacados os investimentos brasileiros na África por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); com efeito, tornou-se tradicional a presença de empresas brasileiras investidoras na África, com expressiva atuação nos setores de mineração (Vale), infraestrutura (construção de hidrelétricas, rodovias, pontes e aeroportos – Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Correa e Odebrecht), e energia (PETROBRAS). No caso de Angola, a presença do investimento direto brasileiro alcançou um percentual importante: chegou a quase 90% do investimento externo global recebido naquele país entre os anos de 2013 e 2014. Ao longo do século XXI, chegaram à África jovens engenheiros e operários de todo o Brasil, que trabalharam em empresas brasileiras e internacionais em países que viraram verdadeiros canteiros de obra, como Angola (MENEZES, 2013).

No campo político, a atuação do governo Lula na África reforçou a ideia junto à comunidade internacional da relevância do projeto cooperativo Sul-Sul brasileiro; os ganhos mútuos obtidos no ambiente das relações internacionais com seus parceiros africanos conferiram ao Brasil um status de líder político dos emergentes nas rodadas de negociação de temas globais em diferentes fóruns, como o protecionismo comercial das economias centrais, a reformulação do conselho de segurança da ONU ou a consolidação de novas parcerias estratégicas para o desenvolvimento sustentável. Como reflexo dessa política, a eleição do embaixador brasileiro Roberto Azevedo em 2013 para a direção geral da Organização Mundial

6 – Extraído do site da Marinha do Brasil. Disponível em: < <https://www.marinha.mil.br/noticias/comando-de-operacoes-navais-participa-da-obangame-express-2018>>. Acesso em 07 jul 2018.

do Comércio (OMC) demonstrou a resposta dos representantes africanos à aproximação brasileira: seus votos garantiram a vitória na ferrenha disputa pela direção geral daquela instituição (SARAIVA, 2015).

No campo diplomático, a agenda brasileira de apoio ao desenvolvimento de programas de combate à pobreza e de inclusão social da África foi certamente uma contribuição importante do Brasil ao estreitamento de laços com os Estados do continente, e a criação de novos postos diplomáticos na África foi rapidamente respondida com boa reciprocidade: atualmente, o Brasil abriga 44 embaixadas ou consulados de países africanos, ao passo que já alcançou o patamar de 37 embaixadas e missões permanentes em solo africano (MENEZES, 2013).

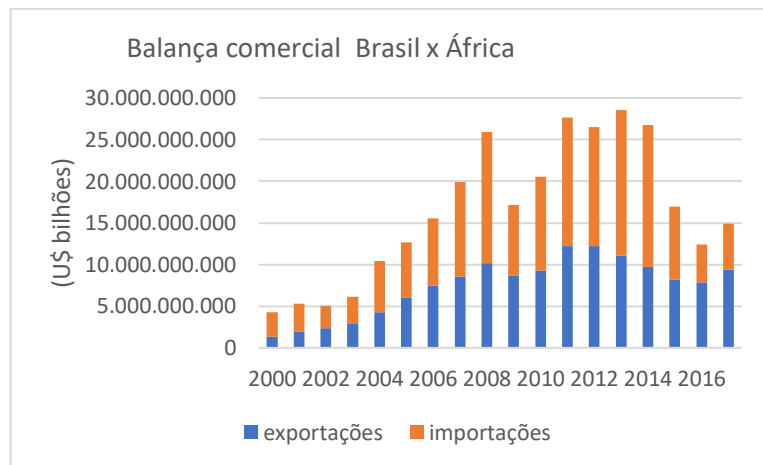


GRÁFICO 4 – Balança comercial Brasil x África no século XXI

Fonte – site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2?layout=edit&id=3061>>. Acesso em 07 jul 2018

No campo econômico, o adensamento das relações entre o Brasil e a África consolidou a criação de novas zonas de oportunidade econômica para as exportações brasileiras do agronegócio, de bens de valor agregado, de infraestrutura e de tecnologia. O comércio entre o Brasil e o conjunto de Estados africanos passou de US\$5 bilhões, em 2002, para US\$28,5 bilhões em 2013 (GRÁF. 4), quando se registraram US\$ 17,5 bilhões de importações e US\$ 11 bilhões de exportações. Nos anos seguintes, o fluxo comercial entre os dois atores diminuiu

gradativamente por causa da crise da economia brasileira de 2014, até o patamar de U\$15 bilhões em 2017. Considerando-se o período 2002-2013, o comércio entre o Brasil e a África expandiu à taxa de 470%. Outrossim, eventuais impactos negativos sobre a balança comercial com a África ou nos investimentos brasileiros não são aspectos que determinam a não realização de um projeto de cooperação pelo Brasil (MENEZES, 2013).

No campo científico-tecnológico, uma das frentes do relacionamento entre o Brasil e a África que mais indicam o compromisso de longo prazo com o desenvolvimento africano é a cooperação técnica caracterizada pela transferência de conhecimentos, com ênfase na capacitação de recursos humanos, emprego de mão de obra local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país. Deve-se mencionar que a cooperação técnica brasileira é livre de condicionalidades e de fins lucrativos, construída a partir da manifestação de interesse dos parceiros e prioriza o apoio ao crescimento socioeconômico dos países africanos.

Entre as iniciativas de cooperação técnica que refletem a importância atribuída ao Brasil no continente, merecem destaque a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na área de segurança alimentar, em Acra (Gana), e da Fundação Oswaldo Cruz, por meio da transferência tecnológica nos campos dos medicamentos retrovirais contra o HIV, em Maputo (Moçambique), além de vários projetos nos setores de educação (como a criação de “telecentros” e a formação da universidade pública de Cabo Verde), esportes, energia – incluindo a produção de biocombustíveis –, mineração, pesca, infraestrutura, ciência e tecnologia e formação profissional, em que os países africanos podem se beneficiar da experiência brasileira. Nesse espírito, foram assinados, entre 2003 e 2010, mais de cem acordos bilaterais entre o Brasil e os países africanos, acordos esses considerados muito positivos pela comunidade internacional (SARAIVA, 2015).

Assim, pode-se afirmar que o Brasil e a África mantêm um relacionamento diversificado, com interesses crescentes que se canalizam por vias bilaterais e multilaterais, com significativa intensificação do diálogo e da cooperação e que apresenta grande potencial de desenvolvimento, confirmando a importante dimensão daquele continente na política externa brasileira.

4.3 OS ESTADOS UNIDOS

Segundo Pecequillo (2012), após a Guerra Fria, a política estadunidense para a África, antes predominantemente antissoviética, passou por um período de afastamento, devido à perda de importância estratégica do continente, o que resultou no já citado processo de marginalização da África perante o Sistema Internacional e no descongelamento de conflitos internos. Contudo, a partir do século XXI, a África começou a superar essa marginalização da década de 1990, com crescimento econômico e desenvolvimento associados à aproximação com a China. Devido à percepção da relevância da parceria sino-africana, os EUA iniciaram, no final da administração Clinton (1993-2001), uma lenta recuperação da sua política na África, por meio da *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), que foi uma lei aprovada pelo Congresso estadunidense que visava estabelecer uma parceria econômica entre os EUA e a África, oferecendo condições preferenciais de entrada dos produtos africanos no mercado estadunidense. Contudo, durante o governo Bush (2001-2009) e após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, as relações com a África foram praticamente limitadas a parcerias no combate ao terrorismo no continente, visando à contenção do surgimento de “santuários” para grupos fundamentalistas.

Já no segundo mandato, as temáticas africanas passaram a ser enquadradas no tema da diplomacia baseada em incentivos político-econômicos. Programas de ajuda relacionados ao combate à fome, à segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, e à cooperação na área

da saúde (erradicação da malária, prevenção e tratamento do HIV e epidemias em geral) ganharam cada vez mais espaço na agenda.

Em 2007, esse reposicionamento estratégico dos EUA na África passou a contar com um componente militar, após a reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul e a criação do *United States Africa Command* – Comando das Forças Armadas estadunidenses na África (USAFRICOM); há dois elementos relevantes que sustentaram essa decisão: o primeiro é a luta contra o terrorismo e o reforço da estratégia de contenção do islamismo instalado nos Estados falidos, e o segundo, uma questão energética: a necessidade de proteger o transporte marítimo de petróleo. Em 2012, a produção petrolífera africana contribuía com cerca de 20% da matriz energética dos EUA, com previsão de aumento para 25% até 2020. Existe, portanto, uma “corrida” por esses recursos naturais que envolvem os demais Estados das relações Sul-Sul.

Durante a administração Obama (2009-2017), os Estados Unidos realizaram movimentos diplomáticos de aproximação com a África e o Oriente Médio, tendo como objetivos a reconciliação com o mundo mulçumano e a promoção da democracia. Esse compromisso, porém, demonstrou-se mais retórico do que prático, preservando em certa medida o vácuo de influência estadunidense em diversas destas regiões e a estagnação de processos. A prioridade de Barack Obama foi a gestão da crise mundial de 2008 e as relações com o Oriente Médio, considerado mais estratégico do que a África. Nesse vazio, a China, a Índia e o Brasil continuaram desenvolvendo seus esforços de parcerias extrarregionais.

Já no primeiro ano do governo Trump (2017), as relações estadunidenses com a África vêm se mantendo distantes; o continente parece estar fora da agenda em Washington. A Casa Branca está mais preocupada com escândalos domésticos, com temas como a imigração e o terrorismo e crises diplomáticas envolvendo o Irã e a Coreia do Norte.

Seis meses após a entrada da nova administração, ainda não foi nomeado um secretário de Estado para África, o que se traduz para analistas africanos que, se não há um secretário para

África ativo, basicamente não existe nenhuma política para África. Por causa desse desinteresse, os Estados Unidos arriscam-se a perder influência na região.

A política externa de Donald Trump⁷, até o momento, não coloca muita ênfase na construção de alianças estratégicas de longo prazo, na melhoria das relações comerciais e na boa governança; são mais favorecidos os lucros a curto prazo por meio de acordos bilaterais. Além disso, ainda não se sabe ao certo qual será o futuro do AGOA, mas espera-se que seja revisto; certamente, Trump deve considerá-lo um mau acordo, já que as companhias estadunidenses pouco ou nada se beneficiam dele. Por outro lado, o que todos concordam é que questões de segurança deverão dominar a política estadunidense de Donald Trump para África, resultando no aumento de importância do USAFRICOM.

4.4 A RÚSSIA

Durante a Guerra Fria, a ex-URSS tinha uma estratégia ativa em relação à África na sua luta anti-imperialista e anti-capitalista, por meio de movimentos marxistas de “libertação nacional”, ao apoiar os estados africanos ditos “socialistas” e as forças de oposição ligadas ao partido comunista soviético. Assim, a aproximação com o continente africano abrangia desde a formação acadêmica de africanos na ex-URSS, prestação de assistência técnica e até apoio militar direto a muitos países “socialistas” africanos, como Mali, Guiné e Madagascar. Além disso, na época do *Apartheid*, que prevaleceu na África do Sul entre as décadas de 1950 e 1990, eram importantes os laços da ex-URSS com o *African National Congress* (ANC), principal partido sul-africano que lutava contra o regime de segregação racial (HUGON, 2015).

Após o fim da Guerra Fria, os laços políticos foram se afrouxando claramente; contudo, a partir de 1996, durante o governo do presidente Boris Yeltsin (1991-1999), a política externa

7 – Extraído do site DW Brasil. Disponível em:<<https://www.dw.com/pt-002/donald-trump-pouco-interessado-em-África/a-39464533>>. Acesso em 07 jul 2018.

passou a adotar um discurso de reafirmação da identidade russa como potência continental e nação eurásiana, tendo entre suas prioridades a defesa do multilateralismo como forma de recuperar a posição regional e global russa. Portanto, além de investir em iniciativas de recuperação da influência russa em seu espaço geopolítico regional, a administração Putin também buscou uma aproximação sistemática e regular com as nações emergentes. Nesse sentido, a Rússia instrumentalizou o conceito de “emergente” em seu favor: a consolidação da presença russa nos BRICS se deveu à identidade compartilhada com os países em desenvolvimento, como nação periférica, e uma pauta comum de demandas. Também pode-se sugerir que a aproximação da Rússia com os BRICS tem igualmente aspecto defensivo, no sentido de conter o avanço dos EUA (PECEQUILO, 2012).

Atualmente, presença da China obriga a Rússia a ser mais ativa nas suas relações com a África, sejam elas comerciais, diplomáticas e militares (como exemplo, por meio do comércio de armas com Estados africanos). Nesse contexto, no campo político-diplomático, ocorreu, a partir de 2005, uma reaproximação entre a Rússia e a África do Sul (ambos membros dos BRICS), que implicou no começo de uma aliança estratégica, já que a África do Sul procura apoios para ascender no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, no que se refere ao campo estratégico de produção energética, as empresas estatais russas de exploração de óleo e gás Gazprom e Lukoil já estão presentes na África do Sul, assim como em Angola, no Gabão, em Gana, na Guiné, na Nigéria e na República Democrática do Congo, e existem projetos de cooperação econômica firmados por meio de *joint-ventures* entre grupos empresariais russos e parceiros locais, que visam ao investimento de recursos financeiros russos para implantação de infraestruturas que beneficiarão as transações comerciais entre Rússia e África nas próximas décadas, como por exemplo, a construção de uma refinaria⁸ em Angola para processar o petróleo extraído localmente, além de uma ferrovia para interligar a produção a regiões portuárias.

4.5 A ÍNDIA

A Índia é uma potência emergente com grande população, forte crescimento econômico, bom desempenho nos setores tecnológicos de alto nível e com arsenal nuclear. Ao longo do século XXI, a Índia tem promovido um considerável salto qualitativo em suas relações internacionais, e, em termos globais, como outras potências periféricas médias em desenvolvimento, a Índia define sua presença e atuação como a de um Estado em desenvolvimento que defende a construção de um Sistema Internacional multipolar e multilateral, visando maior democratização da ONU e redução das assimetrias nas negociações multilaterais como as da OMC. O eixo Sul-Sul de agenda externa indiana é, portanto, definido como prioritário, sem que isso represente o abandono do Norte-Sul, preservando elevado grau de autonomia em suas decisões políticas, econômicas e estratégicas (PECEQUILO, 2012).

O desenvolvimento econômico como base da projeção de poder regional e global é similar à da política externa chinesa. No começo da década de 1990, foram realizadas reformas políticas indianas que têm permitido a manutenção de níveis médios de crescimento do PIB em torno de 7 a 9% na última década, ancorado no setor de serviços. Nesse período, houve uma elevação de indicadores sociais internos, em que pesem ainda persistirem os níveis de pobreza bastante elevados, as desigualdades entre as zonas rurais e urbanas, problemas sociais e demográficos relacionados à preservação do sistema de castas (que se choca com a aceleração do desenvolvimento e modernização capitalistas), aos problemas de saúde (crescimento da Aids) e de educação.

O país enfrenta o desafio de renovar sua infraestrutura básica e manter o fornecimento de matérias-primas e energia para sustentar seu crescimento, e ao mesmo tempo ampliar seus mercados consumidores, diminuindo, assim, a dependência do mercado estadunidense no qual

8 – Extraído do site de notícias África 21 online. Disponível em:
< <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=22187&e=+%20Angola&click=yes>>. Acesso 07 jul 2018.

compete com a China; essa competição também ocorre no Oriente Médio, na África e na América Latina por motivos similares, o que permite, no caso dos africanos, uma melhor posição de barganha.

Segundo Visentini (2010), no século XXI, a Índia, assim como a China, aumentou sua presença na África por meio de investimentos, alcançando o status de co-protagonista do renascimento africano, como sua vizinha asiática e o Brasil. Ao mesmo tempo, as nações africanas passaram a visualizar a Índia como uma potência regional emergente, capaz de apoiar o desenvolvimento do continente africano. Desse modo, ocorreu entre ambos atores um forte estreitamento de laços nos últimos 20 anos. A política indiana em relação à África se baseia em cinco pontos: cooperar economicamente, lidar com indianos residentes na África, combater o terrorismo, preservar a paz e auxiliar as forças de defesa africanas. Assim, da mesma maneira como ocorre nas relações brasileiras e chinesas com a África, a Índia mantém um vasto plano de atuação, por exemplo, nos campos da cooperação econômica, comercial, diplomático e estratégico.

A estratégia indiana, traçada desde o início da década de 1990, vislumbra o treinamento, a assistência técnica e as trocas comerciais entre Índia e África. Com o programa de Cooperação Técnica e Econômica Indiana (em inglês, ITEC) e o Plano Especial de Assistência Africana (em inglês, SCAAP), a Índia oferece assistência técnica, serviços de consultoria e estudos de oportunidades, apoio de especialistas e visitas de dirigentes africanos à Índia. Ainda no campo da cooperação, muitos projetos foram iniciados e realizados com ajuda indiana, em diversos países africanos, como por exemplo a rede eletrônica pan-africana de telemedicina, que aproxima as redes hospitalares africanas a universidades e hospitais na Índia, programas de teleeducação, venda de genéricos, etc.

No campo militar, os indianos se interessam pela segurança da navegação e pela defesa de suas águas jurisdicionais no Oceano Índico, compartilhando com os Estados da costa oriental

africana experiências no combate a ilícitos por meio de exercícios e operações conjuntas com as marinhas daquele continente (VISENTINI, 2010).

No campo econômico, as trocas comerciais entre Índia e a África decuplicaram ao longo da primeira década do século, atingindo mais de 60 bilhões de dólares em 2011 (HUGON, 2015); o governo indiano mantém uma série de acordos comerciais, tanto bilateralmente com países africanos quanto multilateralmente, através do IBAS e demais blocos econômicos da África; assim, empresas indianas estão presentes na área de telecomunicações em Maláui, na siderurgia na África do Sul, na extração de fosfato em Senegal e na Tanzânia e, sobretudo, na produção petrolífera: a Índia importou, em 2015, cerca de 70% das suas necessidades de combustível fóssil, sendo 19% desse volume oriundos de países africanos (HUGON, 2015).

4.6 O IMPACTO NAS DEMAIS POTÊNCIAS

Observando as ações chinesas, e, em menor escala as indianas, russas, brasileiras e estadunidenses na África ao longo do século XXI, pode-se concluir que agendas político-estratégicas de todos os envolvidos sempre foram acompanhados por projetos de ajuda ao desenvolvimento, consistindo assim em uma tendência conhecida da política internacional (PECEQUILO, 2012). Contudo, enquanto os EUA mantiveram uma agenda mais voltada ao combate ao terrorismo em solo africano e apoios condicionados à implementação de políticas pró-Direitos Humanos, a China e os demais Estados apresentaram políticas de investimentos e parcerias que fizeram da África um ator geopolítico relevante no Sistema Internacional, iniciando uma tendência para o redirecionamento de poder global apontando para o continente asiático; a implantação dessas políticas gerou uma forte discussão sobre o caráter da presença chinesa na África, revelada nas críticas dos EUA e da Europa, e que se resume na ideia de que a China não seria um parceiro estratégico do desenvolvimento africano, mas um novo polo imperialista. Além disso, as críticas do Ocidente contra “um novo colonialismo chinês”

englobam também, num pano de fundo mais abrangente, a cooperação Sul-Sul pelos BRICS e demais coalizões do Terceiro Mundo. Tais manifestações políticas evidenciam que as novas relações da Ásia com a África, sem passarem mais pelos centros financeiros do Atlântico Norte, poderão marcar o declínio do ciclo histórico de longa duração de “ocidentalização” do mundo (MENEZES, 2013).

Comparando a estratégia de penetração chinesa com a indiana e a russa na África, mesmo que a primeira seja mais abrangente politicamente e mais estratégica do que as outras duas, que aparentam ser mais reativas (buscam não ficar para trás), os efeitos econômicos diretos e os políticos indiretos são os mesmos, variando apenas a intensidade; além disso, a política externa multilateral da África oferece oportunidades de parcerias a todos os interessados em investir no continente, o que denota uma complementaridade nas ações desses Estados. Evidentemente, chineses, indianos e russos visam, primeiramente, a seus próprios interesses, e portanto, é natural que haja no campo político-econômico, assim como com o Brasil, a disputa de mercados e alianças estratégicas entre os três atores, visando à consolidação do status de potências mundiais, o que permite à África diversificar seus parceiros e se beneficiar com investimentos e tecnologias (VISENTINI, 2010).

4.7 A COMPETIÇÃO COM O BRASIL

Segundo Menezes (2013), em seus esforços de ampliação das relações com a África e de expansão de seus interesses no continente, o Brasil atua de forma convergente com a política chinesa de coexistência pacífica, por meio de uma abordagem que privilegia o respeito à autodeterminação, a não intervenção e a não ingerência nos processos internos dos países. O Brasil tampouco pratica uma política de imposição de valores ou condicionalidades políticas ou econômicas. Assim, não é uma preocupação da diplomacia brasileira que a China deva impor condicionantes e contribuir necessariamente para a melhoria de padrões de boa governança,

respeito aos Direitos Humanos ou liberdades civis na África, o que não quer dizer que o Brasil esteja indiferente a esses temas e aos esforços multilaterais sobre tais matérias. No campo dos Direitos Humanos, por exemplo, o Brasil defende uma atitude de não indiferença, que se reflete, por exemplo, em suas iniciativas no Conselho de Direitos Humanos, nos projetos de cooperação Sul-Sul e na ampliação da ajuda humanitária enviada ao exterior, para citar um caso de apoio a um país africano, na coordenação da Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão da Construção da paz.

O elemento de competição entre o Brasil e a China na África está sobretudo presente na expansão de empresas dos dois atores em mercados consumidores, em recursos minerais e no setor agropecuário africanos. Tanto o Brasil como a China dispõem de grandes empresas no setor de mineração, de energia e de construção civil instaladas em solo africano, em que, naturalmente, colocam-se como concorrentes. Nesse sentido, seria possível prever um acirramento das disputas por recursos naturais envolvendo empresas brasileiras e chinesas, além das grandes empresas de outros países. Tornando-se o maior mercado mundial para minério de ferro e segundo maior consumidor mundial de energia fóssil, a China naturalmente estimula suas empresas a se voltarem para a exploração de recursos no exterior, encontrando não só na África, mas também na América do Sul, boas oportunidades.

Contudo, ainda haveria espaço para complementaridade na atuação de empresas brasileiras e chinesas na África em setores como mineração e infraestrutura, uma vez que as empresas brasileiras mantêm competitividade em projetos que demandam maior capacidade tecnológica e mão de obra qualificada. Seria o caso, por exemplo, da PETROBRAS, que apesar de, certa vez, ter perdido concorrência para a chinesa Sinopec, manteve-se no negócio em razão de deter tecnologia de exploração em águas profundas, ao contrário da empresa chinesa, que não possuía a mesma capacidade para operar o projeto. O mesmo se daria com a empresa brasileira Marcopolo, no setor de carrocerias. Até então, os ônibus chineses não seriam

competitivos na relação custo/qualidade na comparação com os similares brasileiros. Entretanto, a rápida capacidade de melhoria de qualidade tecnológica de produtos chineses merece a atenção de empresas brasileiras que disputam mercados com aquelas empresas (MENEZES, 2013).

Além disso, o fato de muitas empresas chinesas empregarem extensivamente mão de obra do seu próprio país e não trabalhadores locais, acarretando custos muito baixos para essas empresas, aumenta a vantagem competitiva em relação a empresas de outros países na África, como as brasileiras. Contudo, essa situação se converteria em vantagem brasileira em mercados africanos em que a sociedade civil já se mobiliza contra esse tipo de prática chinesa e que valoriza a responsabilidade social de grandes empresas, como na África do Sul. Assim, o Brasil pode se colocar como um parceiro importante dos países africanos no sentido de que as empresas brasileiras, nem sempre sozinhas, mas em consórcio com as africanas, desenvolvem obras com investimentos de valores elevados e criam empregos diretos e imediatos.

Nesse contexto, o comércio Brasil-África tenderá a se expandir e a se diversificar, seguindo o caminho já tomado nos últimos anos, a partir da política externa de conceder alta prioridade às relações com os Estados africanos. É certo que nessa expansão, o Brasil encontrará forte competição com a China e seu poder financeiro e comercial. Porém, as diferenças culturais e práticas de emprego de mão de obra exclusivistas, que caracterizam a presença chinesa na África, poderão fazer com que os Estados e as sociedades africanas reconheçam no Brasil um potencial crescente para o desenvolvimento de relações comerciais e de investimentos.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar as relações sino-africanas, abrangendo vários aspectos dessa parceria, para posteriormente compará-las com as relações brasileiras, estadunidenses, indianas e russas com a África, a fim de identificar os reais interesses chineses no continente africano e avaliar possível confronto de interesses entre a China e os demais atores.

Com o fim da Guerra Fria (1989), a China, após ter superado profundas crises políticas e econômicas e os traumas deixados pelos conflitos da Praça da Paz celestial, se tornou o maior país em desenvolvimento do mundo ao longo do século XXI, e, conseqüentemente, um símbolo da ascensão das nações emergentes no cenário internacional, graças ao sucesso da sua política das quatro modernizações e seus esforços para consolidar sua política externa a nível global, a partir da sua identificação como nação de Terceiro Mundo. Nesse contexto, na década de 1990 a China deu forte ênfase aos intercâmbios Sul-Sul, que tinham como característica principal o discurso voltado à assertividade e de teor “terceiro-mundista”, em defesa da reforma das estruturas de poder político-econômicas vigentes e do multipolarismo. Por fim, a aproximação China-África, um dos movimentos mais significativos dessas parcerias Sul-Sul, aconteceu por razões mais políticas que econômicas, devido ao isolamento chinês imposto pelo Ocidente, e tinha como objetivo a abertura de novas alternativas de cooperação e desenvolvimento para as economias chinesa e africana, sustentada em quatro pilares: mercados para a venda de produtos chineses e aquisição de matérias-primas, alimentos e recursos energéticos produzidos na África, além do favorecimento político a favor da China nos assuntos de seu interesse na ONU (como por exemplo, a questão de Taiwan), em função do alinhamento chinês com as nações africanas, que representam 54 votos naquela Organização.

Por sua vez, o continente africano, recém-saído de um período de marginalização pós-Guerra Fria e tendo enfrentado diversos conflitos internos remanescentes do período colonial e

crises humanitárias geradas por epidemias, fome e outras mazelas, conseguiu no século XXI iniciar um novo ciclo de recuperação econômica e de melhoria na governança política, sem deixar de lado, mesmo que não na totalidade de suas nações, o respeito aos Direitos Humanos, ao fim da desigualdade entre raças, ao controle de terras africanas pelos africanos, à liberdade de imprensa, ao reconhecimento do direito à educação, entre outros. Nesse processo, denominado “Renascimento Africano”, tem-se a percepção de que as amarras da velha colonização cedem lugar às iniciativas das novas lideranças africanas, que buscam aproveitar as oportunidades inéditas abertas na primeira década desse século.

Assim, conforme visto no capítulo 3, a China, principal parceiro comercial da África no século XXI, aproveitou o desinteresse das nações ocidentais no continente no período pós-Guerra Fria para implementar sua política externa (denominada “*win-win*”), política essa que possuía fortes conotações políticas e estratégicas e obedecia ao conceito de “*Realpolitik*”, baseada em princípios pragmáticos em detrimento a noções ideológicas ou princípios morais.

Desse modo, as relações sino-africanas transformaram a economia, a geografia e a sociedade do continente, por meio de um intercâmbio comercial na ordem de 126 bilhões de dólares em 2010 e da chegada de maciços investimentos em projetos estratégicos que modificaram o aspecto urbanístico das capitais, encurtaram distâncias, fizeram surgir uma nova classe consumidora e impulsionaram as comunicações por meio da introdução da telefonia móvel, transformando assim o modo de vida das populações locais. Logo, pode-se considerar que as críticas que associam o relacionamento sino-africano a um novo período colonialista na África não representam na totalidade a dimensão dessa parceria, visto que, apesar do interesse chinês nos recursos naturais vir em primeiro lugar na estratégia do país asiático na África, identificam-se, ao mesmo tempo, novas frentes de investimentos – na área financeira ou na cooperação tecnológica, por exemplo –, que tornam a relação multifacetada e complexa. A visão neocolonialista desconsideraria a diversidade das relações entre a China e os mais de

cinquenta Estados africanos, os quais apresentam oportunidades e desafios distintos no relacionamento com a China. Além disso, as ações de cooperação oferecida em prol do desenvolvimento trouxeram impactos sociais e econômicos positivos, denotando que a China não estaria interessada em apenas oferecer facilidades de infraestrutura para proveito próprio; mais que isso, tais ações refletem o claro interesse chinês em expandir seu *soft power* na África, como parte de um projeto de longo prazo que visa a ocupação do poder geopolítico outrora perdido pelas potências ocidentais.

Os Estados africanos também mantiveram fortes relações bilaterais com outros Estados emergentes, já tratadas no capítulo 4 desse trabalho. Foi apresentada uma comparação entre as relações sino-africanas e as políticas desses atores – Índia, Rússia e Brasil – com a África, a partir da qual pode-se perceber que, assim como ocorre em relação à China, as agendas político-estratégicas desses atores sempre foram conduzidas por interesses comerciais similares aos dos chineses (*commodities* e mercado consumidor), acompanhadas por projetos de ajuda ao desenvolvimento africano, consistindo assim numa tendência comum nas relações internacionais. Percebe-se, então, uma complementaridade ao que ocorre nas relações sino-africanas, numa tentativa de não ficar para trás na disputa pelo poder geopolítico na África, a partir da sua disposição em receber investimentos de atores diversos.

Os Estados Unidos, apesar de terem iniciado um movimento de aproximação com a África no ano 2000, por meio da AGOA, após os ataques de 11 de setembro de 2001, passaram a priorizar uma agenda de relacionamento com a África voltada para o combate ao terrorismo e a apoios condicionados à implementação de políticas pró-Direitos Humanos, enquanto que as potências emergentes continuaram aumentando suas participações no continente africano por meio de investimentos estratégicos, e esse movimento gerou dentro da África uma tendência de redirecionamento do poder global apontando para o continente asiático. Com isso, as ações chinesas, e, em menor escala, indianas e brasileiras, apesar de fortemente criticadas pelo

Ocidente, evidenciam que essas novas relações com a África, sem mais passarem pelos centros financeiros do Atlântico Norte, podem ser o marco inicial do declínio do ciclo histórico de longa duração de “ocidentalização” do mundo.

Em relação ao Brasil, no século XXI os africanos passaram olhá-lo como um modelo a ser seguido, em certos setores políticos, econômicos e sociais. Nessa dinâmica, o relacionamento Brasil-África, canalizado por vias bilaterais e multilaterais por meio do IBAS, dos BRICS e das comunidades africanas de desenvolvimento - SACU, SADC e OUA -, se converge com a política chinesa de coexistência pacífica, numa abordagem que privilegia o respeito à soberania interna dos países e que não impõe valores ou condicionalidades políticas ou econômicas, mas sem ser indiferente aos Direitos Humanos ou às necessidades locais; um bom exemplo disso é a prioridade dada pelas empresas brasileiras ao emprego de mão-de-obra local, e tal prática tem sido cada vez mais valorizada em algumas sociedades africanas, ao passo que as empresas chinesas dão preferência por utilizar mão-de-obra daquele país, visando manter vantagens comerciais em relação a demais empresas estrangeiras. No geral, apesar da enorme diferença entre grandezas de investimentos vindos da China, pode-se afirmar que os negócios brasileiros poderão se expandir e se diversificar nos próximos anos ou décadas, a partir do reconhecimento pelos africanos de que imagem do Brasil, assim como as vantagens que o País poderá oferecer à África, poderão repercutir também nas relações econômico-comerciais e serão levadas em conta na competição com os chineses.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Chris. **China in Africa**. Londres, Zed Books, 2007. 157p.

HUGON, Philippe. **Geopolítica de África**. 3ª. Edição. Lisboa: Escolar Editora, 2015. 395p.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011. 572p.

MARINHA DO BRASIL. Comando de Operações Navais participa da “Obangame Express 2018”. **Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2018. Disponível em:** <https://www.marinha.mil.br/noticias/comando-de-operacoes-navais-participa-da-obangame-express-2018>. Acesso em 07 de julho de 2018.

MATTIS, Peter. **Reexamining the Confucian Institutes**. Whashington: Diplomat Media Inc., 2012. Disponível em: <https://thediplomat.com/2012/08/reexamining-the-confucian-institutes/>. Acesso em 07 de julho de 2018.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 353p.

MEREDITH, Martin. **O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017. 740p.

NAHMEN, Carsten von. **Donald Trump pouco interessado na África**. Bonn: Deutsche Welle Inc., 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/donald-trump-pouco-interessado-em-África/a-39464533>. Acesso em 07 de julho de 2018.

OSÓRIO, Fernanda. **Investidores russos pretendem construir refinaria em Angola**. Angola: África XXI on line, 2017. Disponível em: <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=22187&e=%20Angola&click=yes>. Acesso em 07 de julho de 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 2ª. Edição atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 398p.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. 146p.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017. 350p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna: um continente em mudança**. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2010. 152p.